

---

# TEXTO CURRICULAR DE FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE CRÍTICA DO TV ESCOLA E DO CANAL FUTURA

---

Ivana Carla Oliveira Sacramento<sup>1</sup>  
Mônica Borges de Andrade Alves<sup>2</sup>

## RESUMO

As pesquisas sobre formação docente têm se direcionado para uma revisão da compreensão da prática pedagógica, procurando refletir sobre os diferentes saberes que a integram. Apontam, portanto, que o professor constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de sua utilização. Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar uma das instâncias mediadoras da formação dos professores: a mídia educativa, promovendo uma reflexão sobre os discursos veiculados na mesma, ou seja, analisando como os programas e materiais utilizados interferem na formação dos professores. Assim sendo, procura-se dar enfoque na questão da subjetividade docente, bem como nas estratégias de poder, presentes no currículo explicitado por essas mídias.

**Palavras-chave:** Formação docente. Mídia. Controle. Subjetividade.

## ABSTRACT

The research on teaching formation has been directed to a revision of the practical understanding of the pedagogical one, looking for to reflect on the different ones to know that they integrate it. They point, therefore, that the professor constructs and reconstructs its knowledge in agreement the necessity of its use. In this direction, the objective of this article is to analyze one of the mediating instances of the formation of the professors: the educative media, promoting a reflection on the speeches propagated in the same one, that is, analyzing as the programs and used materials intervene with the formation of the professors. Thus being, it is looked to give to approach the question of teaching subjectivity, as well as the strategies of power, that are in the curriculum explicated for these medias.

**Keywords:** Teaching formation. Media. Control. Subjectivity

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestranda em Crítica Cultural/UNEB/Campus II-Alagoinhas-BA, professora do Governo do Estado da Bahia, formadora do Programa GESTAR II.

<sup>2</sup> Mestranda em Desenho e Cultura/UEFS, professora da Faculdade Maria Milza, coordenadora pedagógica do município de Feira de Santana-BA.



O século XX apresentou significativas transformações em diversos âmbitos: social, econômico, político, cultural, que estão diretamente relacionadas ao surgimento das tecnologias da comunicação e da informação. Elas exigiram a reorganização de práticas, vivências e estruturas que modificaram as rotinas de diferentes grupos da sociedade, principalmente a Educação.

Barbero (apud SARTORI e SOARES, 2005) afirma que

estamos diante de um ecossistema comunicativo formado não pelas máquinas ou meios, mas por linguagens, saberes e escritas, pela hegemonia da linguagem audiovisual sobre a tipográfica que desordenam e remodelam as formas de aquisição do saber e do conhecimento. (BARBERO apud. SARTORI e SOARES, 2005, p.2)

Neste sentido, é notório destacar os anos 90, pois marcaram um momento de reestruturação significativa do contexto educacional brasileiro. Várias reformas foram implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (então, presidente do Brasil) através do Ministério da Educação (MEC). Dentre elas pode-se citar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), O Programa Nacional do Livro Didático, Programa de Informatização das escolas, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A maioria das reformas do Ensino Fundamental, supracitadas, tem no currículo interesse especial e, conseqüentemente, na formação docente. Além dessas, destacam-se outras ações: aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e avaliação de cursos de nível superior. Tudo parece indicar, portanto, que uma boa formação profissional aliada a outras questões como o contexto institucional e o exercício responsável de autonomia, é condição *sine qua non* para se assegurar uma educação escolar de qualidade.

Paralelamente aos programas criados, discursos sobre a educação escolar, de modo geral sobre o currículo, passaram a ser divulgados com mais frequência e insistência na mídia brasileira, que tem destaque no cenário educacional nacional a partir, também, da última década do século XX. Dentre outras questões, faz-se necessária uma reflexão sobre as formas pelas quais alguns saberes socializados nos discursos midiáticos, têm se constituído (ou não), elementos de formação docente. Para tratar dessa questão, serão analisados os discursos circulados na TV Escola e no Canal Futura.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS VEICULADAS NA MÍDIA**

Criado em 1995, pelo MEC através da SEED (Secretaria de Educação a Distância), o Programa TV Escola distribuiu para várias escolas um Kit tecnológico para acesso ao mesmo. Ele é composto do Canal TV Escola, revista TV Escola e cadernos temáticos como material de apoio. Por meio desse programa, diferentes textos são produzidos e enviados às escolas para ensinar modos adequados de implementar o currículo, o uso eficiente dos recursos tecnológicos, formas adequadas de estudo e trabalho para os professores e posturas a serem adotadas no processo de ensino.

O Canal Futura, criado em setembro de 1997, é o principal expoente dessa proposta. Sua programação traz referências constantes a sucesso, vitória, empreendimento, liderança e desenvolvimento. Há investimento na atualização dos professores e na educação da população para colocar o país no rumo certo. É dirigido às escolas de todos os níveis de ensino e aborda programas com diferentes temas sobre a escola pública: ações comunitárias, gestão escolar, política educacional, dentre outros.

Diante dos objetivos explicitados por essas mídias, percebe-se que se constituem num conjunto de estratégias e técnicas sobre a educação escolar, cujo objetivo central é apresentar aos professores uma proposta de trabalho pensada e elaborada por especialistas. Os conhecimentos são selecionados, métodos de ensino são ensinados e materiais pedagógicos são sugeridos para serem utilizados no planejamento e no desenvolvimento das aulas. São ensinadas também, posturas e condutas consideradas corretas para as/os docentes. Dessa forma, a referida proposta impede a autonomia criativa dos professores enquanto sujeitos capazes de organizar e produzir sua expressão curricular de acordo com a realidade vivenciada por cada um em seu espaço de trabalho. Valoriza-se, ainda, o ensino dos conhecimentos oficiais tais como selecionados e sintetizados em documentos oficiais como os PCN ou livros didáticos avaliados pelo PNLD. Esses procedimentos nada mais são do que “... enumeração de saberes necessários e daquilo que se chama de ‘ingredientes básicos’ para a construção de uma prática docente adequada ao Brasil que todos querem”: Paraíso (2006).

Tal contexto projeta sobre os professores um excesso de expectativas e missões, esperando-se que eles ajudem a restaurar valores, a dotar os jovens de padrões de comportamento e das competências e habilidades necessárias ao enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade na qual estão inseridos.

Enfim, o discurso da mídia educativa é um texto curricular de formação docente, onde nele se expressam modos de ser, de conduzir-se e de portar-se, a fim de que os professores os assimilem e reproduzam. Percebe-se, portanto, que não há preocupação com a natureza comunicativa e informacional das TIC e sua dinâmica imagética, mas com a formação da subjetividade docente privilegiando um conjunto de elementos que, segundo os programas em questão vão garantir uma atuação satisfatória dos professores.

No entanto, a subjetividade dos professores, como de qualquer outro sujeito, é montada, moldada, regulada, enfim, formada por meio da ativação de motivações, desejos, esperanças, sonhos pessoais e profissionais, individuais e coletivos. Por isso, “essa concepção não pode dar conta das ‘redes de subjetividades que cada um de nós é’”: Santos (1995). Além disso, a subjetividade, quando organizada, torna-se um posicionamento consciente sobre a realidade e não o inverso.

O que se pretende não é desconsiderar as possibilidades de aprendizado que o professor encontra nas mídias educativas, mas salientar que o discurso sobre currículo e educação escolar divulgado é apenas um modo de conceber o que os docentes podem vir a tornar-se. Isto porque, conforme já explicitado, este discurso privilegia um conjunto de técnicas e instruções que não são capazes de permitir a formação docente contemporânea que considera a relação entre os diferentes saberes construídos cotidianamente na e sobre a prática pedagógica. Portanto, esse discurso competirá com outros que também pretendem contribuir para definir práticas e competências docentes, visto que enquanto sujeitos, agem e interagem em diferentes tempos, espaços e contextos, ainda que de formas também, diferentes.

Os processos reais de aprendizagem são dinâmicos e ininterruptos durante toda nossa vida e incluem, nas nossas redes de conhecimentos, tudo aquilo a que podemos atribuir sentido quando entramos em contato. (OLIVEIRA, 2001, p. 32)

Todas as propostas de formação de professores, mesmo as modalidades à distância, na qual se insere a mídia educativa, devem, portanto considerar a rede de saberes que, cotidianamente, os mesmos constroem na e sobre a prática pedagógica. O desenvolvimento das competências necessárias ao profissional de hoje, exige atitudes investigativas e reflexivas que se configurem em instrumentos para a construção de conhecimentos das pessoas. Isso é algo que só se conquista via prática de questionamento, argumentação, fundamentação,

manejo crítico e criativo das informações disponíveis. O professor, portanto, não pode aprender essas práticas reflexivas quando está na condição de consumidor passivo de informações, quando não lhe é oferecida a oportunidade de apresentar sua realidade e questionar o que está recebendo como única forma de ensinar e aprender. Confirmando, Freire (1998) disse que a educação é comunicação e diálogo, na medida em que não há, simplesmente, transferência de saber, mas a interlocução de sujeitos que buscam significação dos significados.

O uso das tecnologias da informação e da comunicação estará condicionado ao pressuposto de que elas não substituem a relação interpessoal direta, devido ao fato de que a interatividade está na dinâmica participativa do sujeito e não no suporte material das TIC. Por mais interativa que seja a televisão e seus programas, ela não é capaz de propiciar o estabelecimento de vínculos – elemento fundamental para a aprendizagem. Da mesma forma,

não substituem o trabalho conjunto, a atuação no coletivo, a possibilidade de partilhar experiências, tematizar seus conhecimentos experienciais, solucionar conflitos presentes nas relações, identificar dificuldades de compreensão(...). (PARAÍSO, 2006, p. 102).

Portanto os saberes que sustentam a formação docente e, conseqüentemente sua prática, não podem se reduzir a uma função de transmissão dos conhecimentos constituídos por determinados grupos (como é o caso daqueles responsáveis pelos discursos circulados na mídia). Essa formação integra diferentes saberes provenientes de diferentes fontes (saberes curriculares, das disciplinas, profissionais e da experiência); enfim, um saber plural e ressalta a relação dos professores com cada um deles.

Diante das questões, por enquanto explicitadas, confirma-se o papel do professor como sujeito da sua história e da sociedade. É necessário, pois, se relacionar com o objeto procurando modificá-lo, ressignificando-o. Ou,

mais do que identificar ou decifrar a subjetividade, reinventá-la. Isto implica uma postura investigativa diante das intenções e das demandas presentes nos discursos midiáticos; significa questionar os programas e materiais em seus mecanismos e nas suas diferentes feições, entendê-los e poder agir sobre eles, para promover ecossistemas comunicativos que destravem os nós pelos quais a educação está passando.<sup>1</sup> (PELBART apud. PARAÍSO, 2006, p. 111)

Nóvoa (2003), também defende a necessidade de uma afirmação pública dos professores como “comunidade profissional” para terem voz ativa nos debates educativos, como no passado, garantindo a formação que pode acontecer no interior de movimentos pedagógicos. Segundo o autor, o que há hoje é silêncio e uma atitude defensiva por parte deles, ante as cobranças de que são objeto. Os professores “são profissionais que não devem renunciar à palavra, porque só ela pode libertá-los de cumplicidades e aprisionamentos.”: Nóvoa(2003).

## **DISCURSO, PODER E REPRESENTAÇÃO**

A centralidade atribuída à linguagem é um dos pontos polêmicos das perspectivas pós-estruturalistas de análise. Afirmações como “não há nada fora do texto” ou “o sujeito é constituído na linguagem” têm apontado recorrentemente, para o poder dos discursos na constituição daquilo que nas formas de pensar modernas, tem sido concebido como “a realidade”. Nessa direção, Foucault tem uma contribuição muito significativa, quando ele fala da noção de verdade como um efeito produzido por relações de poder. A verdade, ou as verdades são coisas deste mundo, constituídas no seio de correlações de forças e de jogos de poder.

A expressão “regimes de verdade” (Foucault, 1989), de acordo com Gore (1994), sugere uma concepção de “verdade” entendida como maneira de controlar e regular, e que não diz respeito apenas àqueles discursos que reputamos “dominantes” ou “dominadores”. Segundo a autora, todos os discursos são perigosos, pois “se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade” (p.10). Nesta análise, tomamos o discurso da TV Escola e do Canal Futura e os recursos e estratégias discursivas de seus especialistas, que produzem uma verdade sobre o trabalho docente alicerçada no seu real. Pretende-se com isso que os professores autogerenciem sua formação e seu trabalho. No entanto, tal objetivo não pode se concretizar como eles planejam, pois os professores enquanto sujeitos também constroem constantemente suas verdades a partir de sua realidade.

Segundo Foucault, as narrativas constituem o aparato de conhecimentos/saberes produzidos pela modernidade com a finalidade de tornar administráveis os objetos sobre os quais falam. Conhecer o que deve ser governado é parte da estratégia que permite a regulação e o controle dos indivíduos e das populações que habitam os núcleos urbanos das sociedades organizadas.

Na perspectiva foucaultiana, os estudos de governo preocupam-se em analisar as táticas, os procedimentos, e as estratégias que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder: o controle da conduta (Foucault, 1995). Essa perspectiva chama a atenção para as formas pelas quais as estratégias para a “conduta da conduta” operam frequentemente sobre a própria pessoa; ou para “as formas pelas quais os indivíduos vivenciam, compreendem, julgam e conduzem a si mesmos”: Rose apud Paraíso (2005).

Sendo assim, intervenções são planejadas para governar os outros e auxiliar a todos no governo de si mesmos. Para isso é importante a participação de autoridades em conduta da conduta, capazes de convocar, responsabilizar e convencer os governados. Tais autoridades, portanto, fazem diversas tentativas de ação sobre as ações dos outros, em nome de objetivos ligados à prosperidade nacional, produtividade, desenvolvimento, felicidade, auto-realização, entre outros.

Nesse sentido, no discurso da mídia educativa em análise, muitas autoridades assumem um lugar de conhecimento e capacidade para resolver os problemas educacionais.

### **QUEM AUTORIZA?**

A mídia educativa reconhece que a escola é imprescindível para a formação de professores, que o estudo é uma prática insubstituível para que tenham uma ação bem-sucedida. Mas, ao mesmo tempo, enuncia respostas afirmativas em relação ao auxílio que pode dar aos docentes. É comum nos depararmos, na mídia educativa em questão, com expressões como: “podemos ajudar os professores a praticar um ensino de boa qualidade” ou “professor que usa a TV Escola não pára mais”. De diferentes modos (revista, computador, tv), na mídia educativa encontra-se a sugestão de que professores e outros sujeitos pedagógicos podem ser por ela educados, através dos materiais preparados por seus especialistas.

Desse modo, a mídia educativa se constitui divulgadora dos discursos de autoridade no terreno da educação escolar. E isso se dá porque ela reúne profissionais competentes, apresenta sugestões para a melhoria da prática pedagógica e investe no estudo e no conhecimento dos professores. Além disso, utiliza o aval de especialistas (geralmente

professores renomados), da popularidade dos astros da TV, depoimentos e sugestões de empresários que fazem algum tipo de investimento na escola, dos jogadores de futebol com suas respectivas fundações. Contam ainda com diversos meios técnicos, tais como: fotografias, sonorizações, teorias pedagógicas, psicológicas, econômicas e administrativas, projetos de aspirações de realização e satisfação de professores.

Contudo, não se tem somente a autoridade de especialistas. A mídia educativa permite que alguns docentes, de diferentes regiões do país, falem sobre suas experiências (sempre bem sucedidas), sobre como estudam, sobre sua coragem em enfrentar os desafios que advêm da educação, como conseguir a participação da comunidade etc. Mas os professores autorizados a dizer como deve ser a prática docente, a relação com a comunidade e com os alunos, o planejamento e a condução do seu trabalho são aqueles que conseguem desenvolver as práticas demandadas pelos especialistas através da mídia educativa.

Convém ressaltar, entretanto, que as mídias contemporâneas permitem inverter esta situação e o farão na medida em que seus produtores e consumidores forem capazes de compreendê-las e explorá-las em suas características técnicas.

Como artefato cultural que ocupa lugar singular do social e articulando múltiplos discursos, a mídia educativa examinada constitui um sítio de exercício de poder. É nesse sentido que a mídia educativa pode ser entendida

como um campo discursivo constituído por conjuntos heterogêneos de enunciados, demarcados por formas próprias de regularidade e por sistemas de coerção e subordinação que se exercitam e possuem materialidade. (COSTA,2000, p. 78).

Especialmente em relação à TV Escola e ao Canal Futura, que se intitula o Canal do Conhecimento, não se trata de palavras e imagens apenas, mas de um conjunto de

perspectivas, métodos e “verdades”, organizadas e colocados à disposição, constituindo práticas com propriedades prescritivas, moldadoras e fixadoras. Na mídia educativa em questão, ao destacar e reverenciar certos modos de ser das professoras e dos professores, prescrever fórmulas de trabalho, definir o que é o certo e o errado quando se trata da seleção de conteúdos, de condutas em sala de aula ou em relação à profissão ou à sociedade, a mídia vai colocando em prática uma cadeia de validação de enunciados que acaba por produzir, com regularidade e suposta legitimidade, um padrão social de referência, como diria Kellner (1995), “posições de sujeito desejáveis”.

Nessa concepção, o poder é menos da ordem do afrontamento e da violência e mais da ordem do governo; diz respeito à direção da conduta dos indivíduos ou grupos: “governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. (...) Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.”: Foucault apud Costa (2000)

É pela ação, a qual os discursos nos incitam, que exercemos o governo de nós mesmos, tornando-nos agentes de nossa própria sujeição. A influência da mídia sobre nós não se reveste de nenhuma forma de violência, pelo contrário, ela é, na maioria das vezes prazerosa, contando com nossa adesão e parceria.

## **CONCLUSÃO**

A mídia educativa procura por meio de estratégias e de diversos grupos e de formas heterogêneas, conduzir a vida e o trabalho dos docentes, como se isso fosse capaz de garantir a formação de professores comprometidos com uma educação de qualidade. Mantém assim uma constante busca da concretização das metas estabelecidas por especialistas. Para isso, apresenta seus programas como cursos de formação continuada, recheados de sugestões de

atividades, de ingredientes que podem tornar as aulas desses docentes em aulas-show, e produz a si mesma como uma autoridade no terreno da educação escolar, contando para isso com o aval de especialistas em educação, astros da TV, empresários etc., que se tornam também (autorizados pela própria mídia), “experts” em educação. Essas novas autoridades conseguem ter voz nesse discurso porque se instituiu a necessidade de todos se tornarem responsáveis pela escola pública brasileira.

Contudo, não se vê, com muita ênfase, a preocupação com os saberes construídos pelos professores em seus diferentes espaços de trabalho, suas experiências e dificuldades pessoais. Acredita-se que as técnicas explicitadas e estratégias sugeridas sejam capazes de lhes dar respostas e atender às suas necessidades.

O discurso analisado constitui-se, assim, em um programa de governo que tem o propósito de regular a vida de indivíduos na busca de determinadas metas, tais como a melhoria da educação e o desenvolvimento do país. Como um programa de governo, não podemos ignorar o caráter programático da governamentalidade<sup>2</sup>, porém também é notório que a realidade não é tão facilmente programável como pode parecer.

Sendo assim, um discurso nunca é tão coerente como o que se imagina. Nessa perspectiva, as próprias demandas feitas aos docentes pelas diferentes autoridades do discurso da mídia educativa sobre a educação escolar podem entrar em conflitos umas com as outras. De qualquer forma, os professores não são tão facilmente domináveis, principalmente por não sermos sujeitos unificados. E isso não é uma surpresa. Os docentes vivem suas vidas em um constante movimento entre diferentes práticas, as quais os constituem de diferentes maneiras.

E assim, o docente pensado no discurso da mídia educativa, está exposto a outras práticas discursivas, outros textos, outros programas, que disseminam também, outros modos de entender o mundo, a educação e o professor. E isso é uma constante.

Em suma, é possível concordar com Foucault (apud. PARAÍSO, 2006) quando ressalta a necessidade de “recusar o que somos”, ou seja, lutar contra as diferentes formas de dominação e exploração que a sociedade capitalista nos impõe; e por isso dizer, lutar contra um modelo de formação que não considera os saberes construídos cotidianamente através das ações pedagógicas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, M. V. Mídia, magistério e política cultural. *In*: COSTA, M. V. (Org) **Estudos culturais em educação**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

GORE, J. Michel Foucault e educação: fascinantes desafios. *In*: SILVA, T. T. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. *In*: Tomaz T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGNO, M. I. C. **Gestão da Comunicação na Educação. Teoria e Prática no Processo de Formação de Professores**. Disponível em: [www.reposcom.portcom.intercom.org.br](http://www.reposcom.portcom.intercom.org.br).>Acesso em: 18 maio 2007.

NÓVOA, Antônio. **Cúmplice ou reféns?** Disponível em: [http://www.novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/162\\_mai03/htm1/com\\_palavra](http://www.novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/162_mai03/htm1/com_palavra). Acesso em: 18 maio 2007.

OLIVEIRA, I. B. Espaços educativos cotidianos em imagens. *In*: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (orgs.) **Fora da escola também se aprende**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PARAÍSO, M. A. **O autogerenciamento de docentes em sua formação e em seu trabalho.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 173-188, maio/ago. 2005 Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 01 maio 2007.

PARAÍSO, M. A. **Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 91-115, jan/abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01 maio 2007.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SARTORI, A. S. e SOARES, M. S. P. **Concepção dialógica e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos.** Disponível em: [www.paulofreire.org.br/pdf/comunicações\\_orais](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicações_orais). Acesso em 22 maio 2007.

## NOTAS

---

<sup>1</sup>Jesús Martín-Barbero articulou o conceito de ecossistema comunicativo, não apenas conformado pelas tecnologias e meios de comunicação, mas também pela trama de configurações constituída pelo conjunto de linguagens, representações e narrativas que penetra nossa vida cotidiana de modo transversal (BARBERO apud SOARES et al ).

<sup>2</sup> A governamentalidade é usada por Foucault para referir-se a racionalidades específicas para governar à mentalidade do governo. Trata-se de um “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população ...” (FOUCAULT apud. PARAÍSO, 2006)